



INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA ENVOLVENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA

Djanira de Oliveira Leal ¹

Categoria: Relato de experiência

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Inclusão na Educação Superior

RESUMO: O desenvolvimento de uma educação inclusiva, em todos os níveis de ensino, é preconizado pela Constituição Federal de 1988, além de ser tema de diversas legislações complementares que tem como objetivo garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação formal. Considerando isso, não cabe apenas as instituições de educação básica, mas as universidades também devem promover ações que viabilizem a inclusão desse público na educação superior. Assim, cabe a essas instituições avaliar suas condições de acessibilidade nas diferentes dimensões: arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, comunicacionais, entre outras, implementando as adaptações necessárias. Entretanto, o cenário que se observa é que existem desafios que precisam ser superados para oferecer uma educação inclusiva efetiva para pessoas com deficiência. A base desse trabalho é a descrição de uma experiência positiva do processo de inclusão, de uma aluna com deficiência visual, no curso de graduação, identificando ações desenvolvidas e pontuando as principais dificuldades encontradas no processo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação superior. Desafios.

¹ Djanira de Oliveira Leal. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí. Pedagoga da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, Campus Belém. E-mail: dejanyoliveira@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Quando o assunto em questão é educação inclusiva no Brasil, percebemos que, embora haja uma extensa legislação envolvida, dentre elas, a maior, a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como direito de Todos, ou seja, é garantido aos brasileiros independente da idade, condição física ou sensorial, intelectual, socioeconômica, étnica, entre outros, o direito ao acesso a educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, muito ainda precisa ser feito para que sejam alcançados esses direitos constitucionais.

Além da Constituição Federal, o Brasil tem promulgado outras leis, relacionadas a implementação de ações de inclusão educacional, direcionadas a grupos específicos que possuem características diferenciadas, como por exemplo: pessoas com deficiência, quilombolas, indígenas, entre outros grupos, a fim de garantir e definir critérios que possam não só assegurar o acesso educacional desses grupos, mas proporcionar uma formação qualitativa desses indivíduos.

No tocante a educação especial inclusiva, recentemente foi aprovada outra legislação com intuito de servir como base para a educação inclusiva no Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, nº 13.146/2015, que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Art. 1º da Lei nº 13.146/2015).

Em relação ao direito à educação para as pessoas com deficiência, o art. 27 da referida Lei preconiza que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Nesta perspectiva, é possível depreender que quando a Lei menciona todos os níveis do sistema educacional, está incluindo a Educação Superior, e, portanto, as instituições que oferecem esse nível de educação devem realizar as adequações necessárias a fim de possibilitar a inclusão desse público em todo o processo educativo, no sentido de: “garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena” (Art. 27, inciso II, Lei 13.146/2015).

Não obstante a existência dessas legislações, o ingresso de alunos com deficiência no ensino superior, embora ocorra, ainda não é realizado de maneira harmoniosa e eficaz, como podemos observar nas considerações de Fernandes e Prado, (2017, p. 1): “a maioria desses alunos percebem barreiras arquitetônicas, urbanísticas, de edificação, atitudinais e de recursos pedagógicos”.

Portanto, considerando o cenário atual da educação inclusiva no ensino superior, surgiu o seguinte questionamento: quais são as principais ações e estratégias que as instituições de ensino superior têm desenvolvido a fim promover a inclusão das pessoas com deficiência no processo educativo?

Neste sentido, este trabalho apresenta como objetivo geral: descrever as principais ações adotadas para promover o processo de inclusão de uma estudante graduada no curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal Rural da Amazônia, que tem deficiência visual, destacando especialmente as ações desenvolvidas pela Divisão de Apoio Pedagógica da Ufra, durante o período de 2013 a 2018. De forma específica, o trabalho tem as seguintes finalidades: identificar as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão de uma estudante com deficiência visual, contribuir com as discussões acerca do tema inclusão e servir como referência para ações voltadas à inclusão de estudantes com deficiência visual no ensino superior.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Na elaboração deste trabalho priorizou-se uma abordagem qualitativa, com foco na pesquisa documental, por meio de consulta a pasta individual de acompanhamento da estudante, bem como a coleta de depoimentos de pedagogos que atuam na Divisão de Apoio Pedagógico da instituição a fim de captar informações a respeito das ações que foram desenvolvidas para promover o processo de inclusão da aluna com deficiência visual. Além disso, realizou-se pesquisa bibliográfica, *on line*, digital e impressa e levantamento de dados referentes às legislações e políticas educacionais para uma fundamentação teórica sobre o assunto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fundamental ter em mente que ações voltadas à inclusão educacional de estudantes com deficiência no ensino não devem ficar restritas apenas a acessibilidade aos espaços físicos da instituição. Partindo desse princípio, Ferrari e Sekkel (2007, p. 7) destacam a importância da implementação de estratégias que permitam subsidiar e orientar as práticas pedagógicas inclusivas na universidade. Na pesquisa, elas identificaram que algumas iniciativas isoladas já vêm ocorrendo em algumas universidades como, por exemplo, a implantação de programas que visam auxiliar a ação dos docentes. Neste sentido, as pesquisadoras admitem que “tais programas se revelam necessários para fornecer subsídios e legitimar novas práticas educacionais”. Entretanto, advertem que:

[...] Não se trata de integrar ou adaptar as pessoas com deficiência ao *status quo*. Ao contrário, são os objetivos do ensino superior, bem como seus modos de avaliação e currículo, que necessitam de uma reformulação frente a esse novo desafio. Assim como nos demais níveis de ensino, trata-se de assumir o debate proposto a partir da inclusão, para repensar modelos e objetivos educacionais também no ensino superior e encarar as

questões da flexibilização do currículo, da necessidade ou não do especialista, da aplicação das provas especiais como forma alternativa de avaliação [...] (FERRARI e SEKKEL, 2007, p. 7).

Assim, baseada nesta perspectiva, a Divisão de Apoio Pedagógica da Universidade Federal Rural da Amazônia iniciou o atendimento a discente com deficiência visual que concluiu o curso de graduação em Engenharia Florestal em 2018.

A discente adquiriu a deficiência visual em 2013, dois anos após seu ingresso na universidade, em decorrência de um quadro de anóxia cerebral pós-parada respiratória. Ela passou a apresentar um quadro de baixa visão que afetava os dois olhos. Com isso ficou impossibilitada de realizar leituras de textos que utilizassem fontes com tamanho menor que 36. Outra sequela apresentada, em decorrência de sua situação clínica, era um problema em sua coordenação motora o que diminuía bastante o seu ritmo de escrita.

A primeira iniciativa da Divisão de Apoio Pedagógico foi realizar um atendimento presencial, que foi solicitado pela discente por meio de protocolo que requisitava atendimento educacional especializado. O atendimento possibilitou identificar as necessidades da aluna e direcionar as ações da divisão para atendê-las.

Iniciou-se o processo de adequação para inclusão da estudante, em seu retorno a universidade, tratando da questão da flexibilização curricular, tendo em vista que a discente ficou um período letivo afastada da instituição e, portanto, havia a necessidade de creditar disciplinas que eram pré-requisitos para o semestre, o que seria um empecilho para que ela pudesse ser matriculada em disciplinas que estavam sendo ofertadas no período em que retornou. Desta forma, permitiu-se a realização da matrícula da discente em caráter especial em duas disciplinas, uma ela cursou em julho de 2013, e a outra em agosto do mesmo ano, antes do início do período letivo regular. Em seguida, ainda que o período de matrícula estivesse

encerrado, a aluna pôde matricular-se no bloco de disciplinas oferecidas naquele período, dando prosseguimento ao semestre letivo regular.

Após a garantia da matrícula da estudante, o que possibilitou o seu retorno a instituição, iniciou-se o trabalho de sensibilização dos docentes, no sentido de orientá-los nas adaptações metodológicas de ensino e de avaliação necessárias, dentre elas: que repassassem à aluna, com antecedência, os materiais digitais utilizados durante as aulas; a ampliação do tempo de provas; e a disponibilização de leitores, função exercida pelos monitores das disciplinas, ou ainda impressão de texto em tamanho adequado as suas necessidades visuais.

A proposta foi discutida em reunião, junto aos docentes das disciplinas em que a discente estava matriculada naquele semestre letivo, no entanto, observou-se algumas dificuldades, principalmente, em relação a resistência de alguns docentes que ainda não concordavam com as adaptações que deveriam realizar. Desta forma, foi necessário apresentar as legislações que tornam obrigatório esse tipo de procedimento e que visam adaptar metodologias que possam garantir a inclusão de estudantes com deficiência.

Entende-se que as atitudes apresentadas pelos docentes, naquele momento, podem ter relação com o antigo modelo que se baseava no princípio da integração, princípio este que, de acordo com os estudos de Bernardes (2010, p. 1), foi utilizado, por um bom tempo, como norteador que fundamentava as ações para o trabalho voltado às pessoas com deficiências, podendo ser caracterizado da seguinte maneira:

[...] processo que visa a integrar o aluno à escola, gerando meios para que o aluno com necessidades especiais se integre graças ao atendimento que lhe é oferecido; nesse modelo, ao invés de a escola ter que se adequar ao aluno, o aluno é que deve se adequar-se à escola. (BERNARDES, 2010, p. 1).

Atualmente, esse modelo vem sendo superado, dando lugar ao conceito que é mais aceito e utilizado hoje, o da inclusão. Nesse novo paradigma educacional,

segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21) conforme citado por Bernardes (2010, p. 4) o enfoque educacional é definido como “uma prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”.

Assim, a continuidade das ações de acompanhamento levou em consideração a premissa de que a promoção da inclusão de pessoas com deficiência devem contemplar três aspectos principais:

“a) a aceitação da pessoa com necessidades especiais no ambiente educacional; b) a adequação do ambiente educacional às características de todos os seus participantes; c) a adequação, mediante o fornecimento de condições, dos participantes do ambiente às características do mesmo”. (TADLIATI et al, 2011, p. 4).

Desta forma, houve o acompanhamento das metodologias, bem como de outras questões que, durante o semestre, pudessem contribuir com a adaptação da instituição às necessidades da discente, adotando o princípio de inclusão e não de integração dos sujeitos.

Ao final do primeiro semestre de adaptações, a estudante conseguiu aprovação em todas as disciplinas, demonstrando que havia alcançado os objetivos de aprendizagem de cada uma das disciplinas.

Nos anos seguintes, as ações aconteceram da seguinte forma: em primeiro lugar a estudante relatava as principais dificuldades enfrentadas no decorrer do semestre anterior, registrava suas demandas e sugestões; em seguida os professores eram convidados a participar de reunião para discutir e receber as orientações sobre as adaptações que deveriam realizar.

Com o decorrer dos semestres letivos manteve-se contato frequente com a discente o que possibilitou conhecer melhor suas necessidades e dificuldades e assim propor, junto aos docentes, bem como junto a outros setores da instituição, ações mais efetivas para inclusão da discente. Em uma dessas interações, a aluna

relatou que uma das principais dificuldades que vinha encontrando era a metodologia empregada por alguns professores, especificamente, nas aulas expositivas, e que em determinados momentos, esses docentes, explicavam a matéria registrando desenhos, cálculos e outras informações no quadro acrílico e devido a sua deficiência visual não conseguia ter acesso a essas informações.

Como estratégia para solucionar esse problema, a Divisão de Apoio Pedagógico produziu um pequeno manual explicativo, mostrando a possibilidade e vantagens da utilização do recurso audiodescrição durante as aulas. Este manual, intitulado “ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS” continha informações que reforçavam a importância de considerar a deficiência da estudante, além de explicar que todo conteúdo desenvolvido em sala de aula apresentado em slides ou escrito na lousa, deveria ser repassado a ela em formato digital, com as devidas adaptações em relação à descrição de imagens que estivessem vinculadas à explicação do conteúdo, tendo em vista que a discente possuía pouco resíduo visual o que a impedia de acompanhar por meio da visualização no quadro ou em slides.

O manual orientava também que para ter acesso ao conteúdo, a discente utiliza alguns softwares e sistemas específicos (Dosvox e NVDA) que fazem a leitura dos textos em formato pdf, doc e *PowerPoint*.

Além disso, considerou-se importante apresentar, no respectivo manual, o conceito de audiodescrição elaborado por Jiménez Hurtado (2007, citado por LEÃO; BRAGA, 2013, p.49):

“A audiodescrição é um serviço de apoio à comunicação, cujo objetivo é traduzir ou explicar a parte visual de qualquer tipo de mensagem, por meio de uma informação sonora adequada, de maneira que o deficiente visual perceba o conteúdo da mensagem de forma completa e harmônica, o mais próximo possível de como é percebido por uma pessoa que vê. (HURTADO, 2007, citado por LEÃO; BRAGA, 2013, p.49).

Acrescidos ao conceito foram disponibilizados, ainda, dois vídeos apresentando técnicas de audiodescrição em sala de aula.

Por fim, o manual continha algumas recomendações explicando aos docentes que ao empregar textos nos formatos pdf, doc, ou PowerPoint com imagens que estivessem relacionadas ao conteúdo, estas deveriam conter uma descrição que possibilitasse o acesso por meio de utilização de softwares leitores de tela de computadores, ferramentas bastante utilizadas pela discente. As orientações foram retiradas da nota técnica nº 21/2012 / MEC / SECADI /DPEE, apresentando, na sequência os exemplos de como realizar a descrição de Cartum, Mapas e Tabelas, tornando os conteúdos acessíveis para pessoas com deficiência visual.

Essas adaptações prosseguiram até o último período letivo de curso e no início do ano de 2018 a estudante concluiu a graduação com apenas duas reprovações, por motivo de desistência, em disciplinas optativas.

Vale ressaltar que aluna optou por cursar menos disciplinas por período letivo, tendo em vista seu processo de reabilitação e ainda para evitar o excessivo esforço cognitivo, uma vez que apresentava também sequelas cognitivas, apresentando uma leve diminuição do ritmo de assimilação dos conteúdos estudados. Em função disso, ela concluiu o curso em um tempo de 7 anos, período um pouco maior que o mínimo previsto no projeto do curso, que é de 5 anos o mínimo e 8 anos o máximo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o processo de inclusão escolar ainda não se encontra em um nível que atenda aos ideais almejados dentro do contexto de uma educação inclusiva. Por outro lado, percebe-se que há uma mobilização dentro das universidades no sentido de repensar sua práxis, rompendo com os antigos modelos e implementando mudanças que façam jus aos princípios de uma educação inclusiva (MACIEL, et al, 2017).

Apesar dos esforços realizados pela Divisão de Apoio Pedagógico da UFRA, observou-se que, no processo de inclusão da aluna com deficiência visual, alguns desafios ainda precisam ser superados, como, por exemplo, a dificuldade que enfrentamos na adaptação pedagógica de conteúdos das disciplinas de cálculo, tendo em vista que ainda não encontramos softwares sintetizadores de voz que reproduzam alguns cálculos matemáticos mais complexos, desta forma, como estratégia alternativa a estudante utilizou o texto ampliado e/ou leitores.

Outra dificuldade evidenciada referiu-se a algumas disciplinas práticas ofertadas no curso de Engenharia Florestal da Ufra, sobretudo, aquelas em que os alunos precisavam observar e descrever as características dos anéis de crescimento (círculos escuros) dos troncos de árvores. Uma das formas encontradas para possibilitar que estudantes com deficiência visual tenham acesso a esse conteúdo e sejam capazes de interpretar as informações e chegar a conclusões, é por meio da utilização de um audiodescritor durante as aulas, que é o profissional habilitado para transmitir essas informações de forma detalhada. Entretanto, a instituição, como muitas, não teve condições de disponibilizar esse profissional, e neste caso, como solução paliativa, o papel teve que ser desempenhado pelo próprio docente ou estudantes mais próximos da discente.

Apesar desses entraves, a Divisão de Apoio Pedagógico da UFRA sempre esteve disponível para empregar e desenvolver ações e metodologias voltadas a auxiliar e suprir necessidades encontradas na prática pedagógica, construídas a partir da identificação dos problemas vivenciados pela discente, além de orientá-la em questões voltadas a sua permanência e sucesso na vida acadêmica.

Um dos principais problemas encontrados pela equipe pedagógica da instituição foi encontrar cursos mais específicos na área de inclusão de pessoas com deficiência visual, que são escassos na cidade de Belém, mas extremamente necessários para o aprimoramento/capacitação, pois podem contribuir no sentido de oferecer o suporte necessário para um atendimento mais adequado dos alunos com deficiência visual. Tendo isso em vista, conseguimos que uma pedagoga da DAP

fosse enviada ao Instituto Benjamin Constant, instituição localizada na cidade do Rio de Janeiro que se especializou, e hoje é um centro de referência nacional na área da deficiência visual. Na oportunidade, foi possível conhecer algumas ferramentas que poderiam auxiliar no processo de adaptação metodológica, como por exemplo, a utilização do sistema operacional *DOSVOX* que permite que pessoas cegas ou com baixa visão utilizem qualquer microcomputador para desempenhar uma série de tarefas e o programa *NVDA*, que é uma plataforma de código aberto de leitura de tela para sistema operacional Windows. Ele auxilia pessoas com deficiência visual descrevendo os itens na tela do computador.

Outro ponto positivo desse treinamento foi o acesso a informações sobre o recurso audiodescrição, bem como outras estratégias que poderiam ser adotadas para auxiliar no processo de inclusão da discente. Além da visita ao IBC, tivemos acesso a outro curso, voltado para esse propósito, que foi a participação de uma oficina de audiodescrição oferecida pelo Cine Líbero Luxardo em Belém.

É importante ressaltar que, essas capacitações foram fundamentais para o enriquecimento das ações voltadas para inclusão da aluna, visto que nos forneceu subsídios para implementar novas ferramentas e estratégias de auxílio a acessibilidade e oferecer maiores orientações aos docentes sobre procedimentos que pudessem incluir em suas práticas pedagógicas.

Acreditamos que, outra importante estratégia para conduzir o processo de inclusão de forma efetiva no ensino superior, nas diferentes dimensões, promovendo a eliminação de barreiras de acessibilidade, dentre elas: arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, entre outras, pode estar ligada a busca de referenciais, tanto em pesquisas como experiências exitosas em outras instituições de ensino superior. Além disso, manter contato permanente com o discente com deficiência e receber um *feedback* constante, desses alunos, sobretudo, sobre os resultados das ações implementadas é fundamental para o aprimoramento das ações voltadas a inclusão que possam contribuir com o sucesso desse público na universidade.

Finalmente, espera-se que muito em breve todas as instituições de ensino possam superar os desafios e encontrem-se preparadas para receber todas as pessoas que ingressarem no ensino superior, propiciando formação de qualidade e acessível a todos os indivíduos, independentemente de suas características.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Adriana Oliveira. **Da integração à inclusão, novo paradigma**, 2010. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html>>. Acesso em: 26 set. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 22 set. 2018.

BRASIL. Lei 13.146/2015. **Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 26 set. 2018.

EMMEL, Maria Luísa Guillaumon; GOMES, Gabriela; BAUAB, Juliana Pedrosa. **Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira**, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/download/3698/4729>>. Acesso em: 21 set. 2018.

FERRARI, Marian A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. **Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio**, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400006>. Acesso em: 21 de set. 2018.

FERNANDES, Priscila Dantas; PRADO, Renata Beatriz de Souza. **Inclusão e Ensino Superior: Políticas e Desafios na Universidade Federal de Sergipe**, 2017. Disponível em: <

V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579

<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/4579/1704>>. Acesso em: 24 set. 2018.

LEÃO, B. A., BRAGA, K. B. **A audiodescrição de monumentos: uma experiência com o Teatro José de Alencar**. In: ARAÚJO, V. L. S., ADERALDO, M. F. Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil. 1 ed. Curitiba, PR:CRV, 2013.p.47-59.

MACIEL, Rosali Gomes Araújo et al. **Relato da experiência de inclusão no ensino superior: desafios e ganhos na ótica dos profissionais da educação**. 2017. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-6/completo-7.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018.

TAGLIATI, J.R. et al. **Ensino de Física para portadores de deficiência Visual: Atividades desenvolvidas num centro de Ciências**. Comunicação oral, XVIII SNEF (Simpósio Nacional do Ensino de Física), 2009. Disponível em: <<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xviii/sys/resumos/T03892.pdf>>. Acesso em 28 set. 2018.